

**Melhorias sociais
no período 2004 a 2008**

Waldir Quadros

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 176, maio 2010.**

ISSN 0103-9466

Melhorias sociais no período 2004 a 2008¹

Waldir Quadros²
(Abril de 2010)

Introdução

Estabeleceu-se um relativo consenso entre os analistas econômicos de que as medidas adotadas pelo governo federal no enfrentamento da crise internacional foram bem sucedidas e, se não ocorrer um novo recrudescimento, caminhamos para a retomada do crescimento, já perceptível na evolução do PIB dos primeiros meses de 2010.

As concordâncias, entretanto, não vão muito além destas constatações.

É evidente que diante da crise, e após certo aturdimento inicial, o governo afastou-se decididamente dos marcos conservadores e ortodoxos na condução da política econômica, ainda que enfrentando esdrúxula resistência e letargia do Banco Central.

E mais, esta nova atitude fortaleceu os setores e práticas desenvolvimentistas que já vinham ganhando espaço no seio do governo. Para ilustrar bastaria apontar as iniciativas da Casa Civil, do Ministério da Fazenda e do BNDES. E o tratamento dispensado ao pré-sal.

Há muito tempo não se observava o crescente arrojo e desenvoltura na formulação de políticas industriais e tecnológicas, de recuperação e expansão na infraestrutura e outras da mesma natureza, já incorporando as pautas sociais e, progressivamente, as ambientais.

Por outro lado, merece destaque a animadora repercussão desta postura governamental na opinião pública, já sendo possível antever o peso da agenda desenvolvimentista na próxima eleição presidencial, que será crucial para a definição dos rumos nacionais.

Porém, a reação conservadora já está em campo nucleada pelos interesses financeiros e rentistas, com ampla ressonância nos meios de comunicação mais

(1) Uma versão um pouco modificada dos itens 1 e 2 deste artigo foi publicada na revista *Carta Capital*, n. 578, de 13 jan. 2010, p. 66-69, com o título “Um passo atrás. O emprego cresceu menos que o PIB”.

(2) Professor colaborador do Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho e do Instituto de Economia da Unicamp. Nossos agradecimentos à colaboração do Professor Dr. Alexandre Gori Maia.

influentes e expressiva penetração nos altos escalões governamentais, que ultrapassa os limites do Banco Central.

Em resumo, pressionam para que, passada a fase crítica das turbulências, a política econômica retorne à sua orientação anterior. E, assim, o desenvolvimento voltaria a se realizar nos estreitos espaços permitidos pelos superávits elevados, câmbio valorizado (mantido) e juros estratosféricos.

Os desdobramentos sociais

O objetivo desta rápida e incompleta introdução é apenas o de chamar atenção para seus desdobramentos sociais.

Em nosso entendimento, a alternativa do desenvolvimento industrial e tecnológico, com seus rebatimentos nos serviços e mantidas as conquistas do agronegócio, é aquela que pode assegurar avanços significativos no emprego e na estrutura social.

O retorno à ortodoxia, por sua vez, nos reconduziria aos limites e constrangimentos enfrentados anteriormente.

Assim colocada a questão, vamos agora examinar os contornos básicos das melhorias sociais que ocorreram durante o ciclo de crescimento vigente de 2004 a 2008.

Já antecipando nossas conclusões, observa-se uma mobilidade social ascendente muito **expressiva** nos estratos inferiores da população, porém, em grande medida, **limitada** à baixa classe média (a chamada “classe C”).

É o que caracterizamos como baixa performance do desenvolvimento social, que se manifesta sobretudo no fraco dinamismo da alta e média classe média e na manutenção de um elevado contingente de desempregados, concentrados nas duas camadas sociais mais beneficiadas: na baixa classe média (remediada) e na massa trabalhadora (pobre).

1 Um balanço social panorâmico do período 2004-2008

A evolução das oportunidades individuais

No quinquênio 2004-2008, o PIB cresceu 25,9% e a expansão das oportunidades individuais para se obter uma ocupação foi de 13,5%.³ A Tabela 1 apresenta os dados para a análise desta evolução, cabendo registrar que, como a PNAD

(3) No período 1998-2003, para uma expansão do PIB de 10,8%, a ocupação cresceu 14,5% refletindo os estímulos da maxidesvalorização cambial de 1999. Já no período 1993-1997, com a vigência da âncora cambial do Plano Real a ocupação cresceu míseros 7,4% frente os 21,6% do PIB.

é realizada na última semana de setembro, os efeitos da crise ainda não haviam se manifestado.

Antes, porém, é necessário esclarecer que na estratificação dos indivíduos foram adotadas as seguintes faixas de rendimentos **declarados** à PNAD, a preços de outubro de 2008: miseráveis = até R\$ 317 (o valor real do salário mínimo em janeiro de 2004, atualizado); massa trabalhadora = de R\$ 317 a R\$ 635; baixa classe média = de R\$ 635 a R\$ 1.588; média classe média = de R\$ 1.588 a R\$ 3.177; alta classe média = acima de R\$ 3.177.

A definição destas faixas levou em conta a distribuição de ocupações típicas de cada estrato. Na baixa classe média, por exemplo, temos como representativa a massa de professoras primárias, auxiliares de escritório e comerciários que, como sabemos, estão muito distantes de usufruir um padrão de vida característico de classe média.⁴

Tabela 1
Estrutura social dos indivíduos ocupados ⁽¹⁾
Brasil (mil pessoas)

Estratos Sociais	2003	2008	2008-2003	%
Alta classe média	3.767	4.737	970	4,5
Média classe média	5.547	8.433	2.886	13,3
Baixa classe média	19.626	27.938	8.312	38,3
Massa trabalhadora	22.291	31.818	9.527	43,9
Miseráveis	28.916	18.009	(10.907)	--
Total	80.147	90.935	10.788	--
Redução dos miseráveis + variação total			21.695	100,0

⁽¹⁾ Adota-se aqui a definição mais abrangente de ocupados da metodologia do IBGE para as PNADs a partir de 1992, que inclui os trabalhadores familiares não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais, bem como os dedicados ao auto consumo e auto construção. Para efeito de compatibilização não se incluem os dados do Norte rural, contemplados pela PNAD a partir de 2004. Fonte: PNAD, IBGE.

Como se observa na tabela acima, a melhora na estrutura social é mais forte na base da pirâmide e vai enfraquecendo ao se caminhar para o topo.

De fato, merece destaque a notável redução de 10.910 mil indivíduos ocupados que em 2003 se encontravam no estrato denominado de miseráveis. Somados à expansão de 10.780 mil no total de ocupados, resulta em 21.690 mil indivíduos inseridos nos outros quatro estratos sociais, assim distribuídos: 44% na massa trabalhadora, 38% na baixa classe média, 13% na média classe média e 4,5% na alta classe média.

(4) A metodologia completa pode ser acessada em www.eco.unicamp.br na série Textos para Discussão, n. 147 e 151. Merece menção o entendimento da renda declarada como uma forma de **representação** social.

Em nossa avaliação (e metodologia), o principal determinante da significativa melhora na base dos ocupados foi a forte recuperação no valor real do salário mínimo, combinada com o expressivo crescimento do emprego formal, que torna mais efetiva a valorização do piso legal.

Cabe ressaltar que, como estamos examinando apenas o comportamento dos indivíduos ocupados, não são contempladas neste momento da análise as importantes repercussões redistributivas do aumento do salário mínimo sobre as aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários, bem como aquelas advindas dos programas de transferência de renda – com destaque para o Bolsa Família.

Por sua vez, entendemos que a concentração das novas oportunidades na massa trabalhadora e na baixa classe média decorre das condições adversas que a política econômica ortodoxa impôs à economia nacional. Nesta situação, entre outros efeitos, as empresas adotam estratégias defensivas e rentistas, com elevada rotatividade da mão de obra e permanente corte nos salários.

A evolução do conjunto de indivíduos com renda declarada

Além dos indivíduos ocupados, um conjunto expressivo de pessoas que não se encontram ocupadas declara rendimentos no inquérito domiciliar. Este segmento é composto majoritariamente de aposentados e pensionistas, mas também inclui beneficiários de programas sociais e aqueles que vivem de aluguéis, mesadas, etc.

Assim, para uma visão social mais abrangente vamos agora examinar sua evolução no período, complementando as observações anteriores.

Como se observa na Tabela 2 houve um crescimento de 4,1 milhões de indivíduos não ocupados com rendimentos. Aqui também este crescimento é potencializado pela redução de 6,5 milhões de pessoas na camada de miseráveis, fundamentalmente provocada pela elevação do valor real do salário mínimo. O efeito conjunto destas duas variações resulta num contingente de 10,6 milhões de pessoas que se incorporam aos estratos que se encontram acima dos miseráveis.

Tabela 2
Estrutura social dos indivíduos não ocupados com renda
Brasil (mil pessoas)

Estratos Sociais	2003	2008	2008-2003	%
Alta classe média	586	754	169	1,6
Média classe média	1.078	1.646	567	5,4
Baixa classe média	3.149	4.825	1.676	15,8
Massa trabalhadora	2.934	11.092	8.158	77,2
Miseráveis	11.528	5.084	(6.445)	--
Total	19.275	23.297	4.022	--
Redução dos miseráveis + variação total			10.467	100,0

Fonte: PNAD, IBGE.

Entretanto, em comparação com os indivíduos ocupados eles estão mais fortemente concentrados nas camadas inferiores, com 77,2% situando-se na massa trabalhadora e apenas 15,8% na baixa classe média.

Por fim, a Tabela 3 apresenta os dados agregados dos ocupados e dos não ocupados com rendimentos, ou seja, de todos os indivíduos que declaram algum rendimento no inquérito domiciliar. É este conjunto de pessoas que será tomado como ponto de partida para a agregação familiar apresentada a seguir.

Tabela 3
Estrutura social dos indivíduos que declaram rendimentos
Brasil (mil pessoas)

Estratos Sociais	2003	2008	2008-2003	%
Alta classe média	4.351	5.489	1.138	3,6
Média classe média	6.624	10.076	3.452	10,7
Baixa classe média	22.767	32.750	9.983	31,0
Massa trabalhadora	25.213	42.822	17.608	54,7
Miseráveis	40.467	23.095	(17.372)	--
Total	99.422	114.232	14.810	--
Redução dos miseráveis + variação total			32.182	100,0

Fonte: PNAD, IBGE.

Antes, porém, de analisarmos a estrutura familiar algumas observações adicionais são oportunas. Em primeiro lugar, examinando-se as três tabelas simultaneamente verifica-se que em 2008 a maior parcela dos miseráveis está ocupada (18 dos 23,1 milhões).⁵ Em segundo, do acréscimo total da massa trabalhadora no período quase a metade é formada por pessoas não ocupadas (8,2 dos 17,6 milhões). Por fim, os ocupados predominam tanto na expansão da baixa classe média (8,3 dos 10 milhões), como no seu contingente em 2008 (27,9 dos 32,8 milhões).

A evolução das oportunidades familiares

A análise do perfil das melhorias sociais torna-se mais completa quando consideramos não só os indivíduos que declaram rendimentos, mas todos os membros das famílias. Ou seja, o conjunto da população.

Na agregação familiar adotamos o seguinte critério: a família foi classificada pela posição do membro melhor situado na estrutura individual, seja chefe da família ou não. Os dados para esta análise são apresentados na tabela abaixo.

(5) Na seção 2.4 apresentaremos sua estrutura ocupacional.

Tabela 4
Estratificação social da população
Brasil (mil pessoas)

Estratos Sociais	2003	2008	2008-2003
Alta classe média	12.670	14.240	1.570
Média classe média	18.090	24.200	6.110
Baixa classe média	56.500	69.130	12.630
Massa trabalhadora	53.050	61.310	8.260
Miseráveis	46.590	18.030	(28.560)
Total	186.910*	186.910	--

* Para neutralizarmos o efeito da variação populacional aplicamos as proporções apuradas em 2003 sobre a população de 2008 (186.910 pessoas). Desta forma, obtemos a variação líquida dos distintos estratos sociais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Sem dúvida, existem várias possibilidades analíticas para se interpretar esta evolução. Propomos nesta abordagem tratar a expansão nos estratos superiores como o espaço social potencial aberto para as camadas inferiores.

Assim considerado, observa-se na alta classe média que ao longo do período 2004-2008 abriu-se um canal de ascensão social para 1.570 mil pessoas, equivalentes a 9% das 18.090 mil pessoas que em 2003 encontravam-se na média classe média.

Já para as 56.500 mil pessoas que estavam na baixa classe média, o espaço para ascensão foi equivalente a 14%: os 6.110 mil de expansão na média classe média acrescidos da oportunidade para que 1.570 mil pessoas desta camada ascendessem à alta classe média.

Seguindo esta linha de interpretação, na massa trabalhadora o espaço potencial para mobilidade ascendente foi equivalente a 38% das 53.050 mil pessoas que estavam nesta camada em 2003.

Por fim, no estrato social aqui denominado de miseráveis, abriu-se um inusitado canal para a ascensão de uma massa equivalente a 61% das 46.590 mil pessoas que em 2003 encontravam-se nesta situação.

Desta forma, fica evidente que se nas camadas inferiores a mobilidade social em direção à massa trabalhadora (pobre) e à baixa classe média (remediada) foi realmente espantosa, da baixa classe média para cima o dinamismo arrefece substancialmente.

O perfil social do desemprego

A evolução e o perfil do desemprego no período acrescentam alguns elementos de vulnerabilidade ao comportamento da estrutura social.

Em primeiro lugar, o ritmo de expansão das oportunidades ocupacionais não foi capaz de reduzir significativamente o nível do desemprego global, ainda que nas metrópoles a queda tenha sido mais expressiva.

Em poucas palavras, a proporção de desempregados na PEA avançou dos 11,3% de 2002 para 11,7% em 2003, como resultado da travada na economia neste último ano. Com o início da retomada em 2004, o nível recua para 10,7%, mas em 2005 avança para 11,2%, refletindo uma maior procura por trabalho neste ano. Em 2006 recua para 10,4%, ainda muito próximo do nível de 2004. Só em 2007 cai para 10,0% e para 8,8% em 2008.⁶

Para se ter uma melhor ideia desta evolução, basta dizer que em 2004 a massa de desempregados era de 9.900 mil pessoas e, em 2008, ainda temos 8.800 mil nesta situação. E isto antes da eclosão da crise internacional!

Por outro lado, em 2008, 66% dos desocupados estão em famílias da massa trabalhadora e da baixa classe média, contra os 54% de 2002. Ou seja, o desemprego esta afetando com maior intensidade justamente as duas camadas que mais se beneficiaram do dinamismo recente. O que aponta para sérias fragilidades das mesmas diante da crise que emergiu no final de 2008.

Se os primeiros e violentos impactos sobre o mercado de trabalho foram superados ao longo do primeiro semestre, sem dúvida resultaram em “mortos e feridos” e seus efeitos mais estruturais poderão ser contabilizados com a PNAD de 2009.

Por outro lado, o equacionamento definitivo da questão não pode prescindir de medidas voltadas a reduzir as pressões sobre a PEA, tais como redução da jornada de trabalho, ampliação e novas modalidades de licença maternidade, retardo no ingresso dos jovens no mercado de trabalho e antecipação da saída dos adultos.

Atuais oportunidades e desafios

Ao longo do período pós 1980 ocorreram três ciclos de crescimento econômico mais expressivo: em 1984-87 com um avanço no PIB de 6,1% ao ano, em 1993-97 com 4,0% a.a. e agora em 2004-08 com 4,7% a.a.

Nos dois ciclos anteriores, ao curto período de expansão seguiu-se um cenário de estagnação econômica e retrocesso social. Desta vez, entretanto, as perspectivas são bastante distintas e bem mais promissoras.

(6) Para melhor captar o desemprego oculto pelo desalento, considerou-se aqui em 2 meses o período de procura por emprego, contra os usuais 30 dias ou uma semana. Uma análise mais circunstanciada encontra-se no Texto para Discussão, n. 156, que pode ser acessado em www.eco.unicamp.br.

Além de termos afastado o estrangulamento externo, possuímos enormes potencialidades estruturais de desenvolvimento. Entre outros aspectos cruciais, e apesar dos sérios retrocessos na nossa estrutura industrial, ainda dispomos de uma respeitável base para recuperar as lacunas nas cadeias produtivas e impulsionar a reconstrução na direção dos avanços tecnológicos produzidos pela III Revolução.

Este é o porte das definições que estarão presentes nas próximas eleições presidenciais. Sem desconsiderar a importância da ampla participação social na formulação de um projeto alternativo, torçamos para que este pleito produza um(a) estadista que nos livre das amarras do rentismo e encaminhe a construção de uma nação moderna, civilizada, justa e ambientalmente saudável!

2 Detalhamento da análise da estrutura ocupacional

Feitas estas considerações mais gerais, vamos agora examinar com mais detalhe a estrutura ocupacional dos estratos sociais.

Cabe registrar logo de início que como vamos realizar algumas comparações com os anos de 1981 e 1989, a necessária compatibilização dos dados levou-nos a adotar a metodologia do IBGE para a década de oitenta. Assim, não considerados como ocupados os trabalhadores familiares não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais, bem como os dedicados ao auto consumo e auto construção.

2.1 A letargia na alta e média classe média

(a) uma visão panorâmica

Como os dados apresentados em seguida demonstram, no período 2004 a 2008 o dinamismo social mais expressivo se concentrou nas camadas inferiores da população, com a mobilidade ascendente chegando com mais vigor até a baixa classe média.

A Tabela 5 indica que o dinamismo do período resultou não apenas da expansão de 10.754 mil indivíduos ocupados (+14,0%), mas, em grande medida, da sua potencialização pela notável retração de 10.060 mil indivíduos que se encontravam na situação de miseráveis. Ou seja, temos uma combinação de crescimento da ocupação nos estratos acima da condição de miseráveis, com um comportamento mais favorável dos rendimentos dos estratos inferiores, o que possibilita a ascensão de parcela muito significativa de seus integrantes.

Por outro lado, a última coluna da tabela (distribuição %) revela que, da ampliação total, apenas 4,6% situa-se na alta classe média e outros 13,8% na média classe média. Já a baixa classe média concentrou 39,4% e a massa trabalhadora o recorde de 42,2%.

Tabela 5
Estratificação do crescimento da ocupação

Estratos sociais	2008-2003 (mil pessoas)	Variação %	Distribuição %
Alta classe média	926	25,0	4,6
Média classe média	2.785	51,2	13,8
Baixa classe média	7.942	41,3	39,4
Massa trabalhadora	8.510	39,1	42,2
Miseráveis	(10.060)	(39,8)	
Renda ignorada	651	56,8	
Total	10.754	14,0	
Variação total*	20.163*		100,0

* Total + redução dos miseráveis – renda ignorada

Fonte: PNAD, IBGE.

Vamos agora examinar com mais detalhes o comportamento das oportunidades ocupacionais que se abriram na alta e média classe média.

Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o desempenho positivo que se manifesta nestes 5 anos de crescimento econômico mais expressivo. Como se observa na terceira coluna da tabela (variação %), a alta classe média cresceu 25,0% e a média, 51,2%, bem acima dos 14,0% da expansão do total de indivíduos ocupados.

Entretanto, verifica-se na Tabela 6 que este comportamento favorável no período 2004 a 2008 ainda não foi capaz de alterar a situação estrutural destas duas camadas sociais melhor situadas na estrutura ocupacional. De fato, as proporções relativas alcançadas em 2008 estão no mesmo patamar de 1981. Por outro lado, comparando-se os dados de 1989 e 2003 fica evidente a significativa piora que ocorre na década de noventa. Ou seja, em termos mais amplos a situação destas duas camadas é de relativa estagnação, em que pese a recente melhora.

Esta conclusão, obviamente, não pretende reduzir a relevância da performance destes anos de crescimento econômico. Mas, sim, chamar atenção para o fato de que continuam seriamente obstruídos os canais de ascensão às posições que, no Brasil, facultam um padrão de vida “de classe média”.

E isto é importante não apenas para os membros (em especial os filhos) das famílias que já se encontram nestas camadas diferenciadas - e precisam lutar para nelas permanecer. Ela afeta de uma forma ainda mais séria aqueles da baixa classe média que, legitimamente, aspiram atingir uma situação melhor, por exemplo, por meio do ensino universitário predominantemente privado.

Tabela 6
Estratificação social dos indivíduos ocupados
(em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	5,5	7,0	4,8	5,3
Média classe média	9,0	9,1	7,1	9,4
Baixa classe média	27,3	21,8	25,1	31,1
Massa trabalhadora	25,2	22,2	28,4	34,7
Miseráveis	32,6	39,2	33,1	17,5
Renda ignorada	0,5	0,7	1,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, IBGE.

Os dados absolutos apresentados na Tabela 7 ajudam a tornar mais claras estas considerações. No que se refere à alta classe média, o contingente de indivíduos ocupados em 2008 é tão somente 550 mil superior ao de 1989 (20 anos atrás!).

Já a expansão conjunta destas duas camadas, de 3.711 mil membros de 2004 a 2008, equivale a 19,3% do contingente de 19.207 mil indivíduos que em 2003 se encontrava na baixa classe média. Em outras palavras, esta é a magnitude “máxima potencial”⁷ das oportunidades de ascensão que eles tiveram nestes 5 anos.

Por outro lado, os 15.496 mil (19.207 – 3.711) que potencialmente não lograram ascender tiveram que manter seus espaços sociais concorrendo com um contingente de 11.653 mil indivíduos (27.149 – 15.496) que chegam a esta camada. Tudo bem que esta disputa se dá num quadro de expansão das oportunidades, mas ela não pode ser simplesmente ignorada.

Tabela 7
Estratificação social dos indivíduos ocupados
(em mil pessoas)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	2.488	4.087	3.706	4.632
Média classe média	4.027	5.300	5.439	8.224
Baixa classe média	12.267	12.654	19.207	27.149
Massa trabalhadora	11.337	12.877	21.758	30.268
Miseráveis	14.658	22.768	25.305	15.245
Renda ignorada	203	390	1.145	1.796
Total	44.980	58.076	76.560	87.314

Fonte: PNAD, IBGE.

(7) Uma parte destas oportunidades também pode ser ocupada diretamente por pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho, ou mesmo por aqueles que ascendem a esta camada e logram dar mais um passo ao longo do período. Por outro lado, o espaço inicial pode ser ampliado na medida mesma de eventuais rebaixamentos de membros das camadas superiores.

Este quadro panorâmico da performance da alta e média classe média se completa com o exame do comportamento dos rendimentos médios declarados, tal como se apresenta na Tabela 8.

Em poucas palavras, verifica-se na alta classe média que os rendimentos declarados em 2008 (11,2% acima de 2003) ainda são ligeiramente inferiores aos de 1981, e bem abaixo daqueles de 1989. Evidencia-se também, mais uma vez, o significativo retrocesso que ocorreu nos anos noventa. Já na média classe média o quadro é de relativa estabilidade, com valores ligeiramente inferiores a 1981⁸.

Tabela 8
Rendimentos médios dos indivíduos ocupados
(em R\$)*

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	6.456	7.038	5.769	6.417
Média classe média	2.213	2.124	2.144	2.161
Baixa classe média	984	962	1.031	994
Massa trabalhadora	457	449	489	434
Miseráveis	128	152	225	105
Renda ignorada				
Total	985	1.065	673	794

* valores de outubro/2008, deflator: INPC corrigido/IPEA.

Fonte: PNAD, IBGE.

(b) O enfoque ocupacional

(b.1) Alta classe média

Como se observa nas Tabelas 9 e 10, o principal canal de acesso ao estrato social aqui denominado de alta classe média são as ocupações típicas de “colarinhos brancos” (65,9% do total em 2008),⁹ com total predomínio dos assalariados que, inclusive, avançam no período recente (de 51,5% para 54,9%).

O segundo canal mais expressivo refere-se à condição de proprietários – urbanos e agrícolas – empregadores de mão de obra assalariada de forma permanente, que em 2008 representam 25,7% (abaixo dos 26,8% de 2003). Entre eles predominam

(8) Cabe alertar que o comportamento dos rendimentos médios deve ser analisado em conjunto com a performance dos estratos sociais. Por exemplo, a redução entre os miseráveis para R\$105 em 2008 expressa que os pior remunerados permaneceram neste estrato e aqueles que melhoraram de situação ascenderam à massa trabalhadora. Por sua vez, este grupo ascendente pressiona para baixo os rendimentos médios da massa trabalhadora e este movimento é reforçado por aqueles que ascendem deste estrato para a baixa classe média.

(9) Que serão discriminadas mais à frente.

aqueles que empregam até 10 assalariados. Ou seja, trata-se fundamentalmente dos chamados microempresários.

Antes de prosseguirmos, é interessante destacar o avanço na alta classe média dos **assalariados** (colarinhos brancos e trabalhadores) neste período de crescimento mais expressivo: passam de 53,8% para 57,9% do total de indivíduos ocupados. Ou seja, não se verifica aqui o tão falado fenômeno do florescimento do pequeno negócio ou do trabalho autônomo, também chamado de “empreendedorismo”.

Tabela 9
Estrutura ocupacional: Alta classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores acima de 10 assalariados	246	6,6	289	6,2
Empregadores com até 10 assalariados	747	20,2	904	19,5
Colarinhos brancos autônomos	477	12,9	508	11,0
Colarinhos brancos assalariados	1.909	51,5	2.541	54,9
Trabalhadores autônomos	180	4,9	162	3,5
Trabalhadores assalariados	84	2,3	138	3,0
Proprietários conta própria - agrícolas	50	1,4	67	1,5
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	6	0,2	10	0,2
Total	3.706	100,0	4.632	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 10
Estrutura ocupacional: Alta classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores acima de 10 assalariados	43	4,6
Empregadores com até 10 assalariados	157	16,9
Colarinhos brancos autônomos	31	3,4
Colarinhos brancos assalariados	632	68,3
Trabalhadores autônomos	(18)	(2,0)
Trabalhadores assalariados	54	5,9
Proprietários conta própria - agrícolas	17	1,8
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	4	0,5
Total	926	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Passemos agora ao exame das ocupações típicas de colarinhos brancos assalariados que, como foi visto, compõem o grupo mais expressivo desta camada social. Na Tabela 11 são apresentadas as 9 ocupações que apresentaram variações mais significativas no período.

De imediato, merece enfatizar a estreiteza deste canal, que no total ofereceu oportunidade para que, em cinco anos, 632 mil indivíduos ingressassem no mercado de trabalho nesta condição social ou que ascendessem por meio de melhorias em suas remunerações.. Ou seja, em torno de 130 mil pessoas por ano para todo o país.

Entre as 9 ocupações mencionadas, encontram-se profissionais da área de saúde (médicos e enfermeiras de nível superior), gerentes (de produção, operação e apoio), servidores da justiça, funcionários administrativos (supervisores, escriturários e auxiliares), professores (do ensino médio) e engenheiros (civis e afins). Ou seja, um conjunto bastante tradicional e nada que se encaixe nas relativamente freqüentes alusões a um novo tipo de profissional. O que não invalida as novas exigências de qualificação e atualização tecnológica que progressivamente vão permeando toda a estrutura ocupacional.

Tabela 11
Colarinhos brancos assalariados: Alta classe média
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	1.909	2.541	632	33,1
Médicos	106	147	41	38,2
Serventuários da justiça e afins	56	96	40	71,4
Gerentes de produção e operação	159	190	31	19,5
Gerentes de áreas de apoio	172	201	29	17,0
Professores do ensino médio	38	67	29	75,6
Supervisores adm. (-contab. e contratos)	22	48	26	122,0
Escriturários e auxiliares administrativos	54	79	26	47,7
Engenheiros civis e afins	34	59	25	75,7
Enfermeiras de nível superior e afins	15	35	20	130,5

Fonte: PNAD, IBGE.

Por outro lado, deve ser levado em conta que parcela expressiva destas novas oportunidades localiza-se no serviço público e, portanto, apenas indiretamente decorrem do melhor desempenho econômico. De fato, em 2003 os funcionários públicos representavam 44% dos colarinhos brancos assalariados com padrão de vida de alta classe média e, em 2008, eles avançam para 49%. Ou seja, sem sua contribuição o comportamento deste segmento seria bem mais desfavorável.

No que se refere aos microempresários, neste trabalho iremos apenas desagregá-los por setor de atividade, evidenciando-se em 2008 o predomínio do comércio e reparação (32%), seguido dos serviços prestados a empresas (13%), educação, saúde e serviços sociais (13%), atividades agrícolas (12%) e indústria de transformação (8%).

Resumindo, ao se analisar o comportamento das ocupações que compõem a alta classe média não se verifica neste período recente de crescimento econômico mais expressivo nem o florescimento do pequeno negócio ou trabalho autônomo, e nem a emergência, de forma expressiva, de novas profissões. Ou seja, observa-se uma razoável estabilidade ocupacional num quadro de restrita geração de oportunidades.

Independente de qualquer juízo de valor a respeito desta camada diferenciada da população, esta situação é bastante preocupante, pois é fundamentalmente ela que, nas condições brasileiras de precariedade dos serviços públicos, permite o acesso ao que comumente se entende por “padrão de vida de classe média”. Por exemplo, educação de melhor qualidade; planos de saúde abrangentes e com boa rede hospitalar e de profissionais; moradia em condições satisfatórias; e ainda os gastos com alimentação saudável, transporte particular, tratamento dentário, psicólogos, psiquiatras, academias, cursos de idiomas, viagens, cultura, lazer e entretenimento e muitos outros itens.

(b.2) Média classe média

Como se observa nas Tabelas 8 e 9, as principais diferenças da estrutura ocupacional da média classe média em comparação com a da alta dizem respeito à maior participação de ocupações típicas de trabalhadores e à menor dos empregadores.

Da mesma forma, o principal acesso é facultado pelas ocupações típicas de colarinhos brancos e também se verificam o avanço do trabalho assalariado e o recuo do negócio próprio e do trabalho autônomo.

Tabela 8
Estrutura ocupacional: Média classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores acima de 10 assalariados	83	1,5	111	1,3
Empregadores com até 10 assalariados	709	13,0	1.013	12,3
Colarinhos brancos autônomos	611	11,2	766	9,3
Colarinhos brancos assalariados	2.805	51,6	4.317	52,5
Trabalhadores autônomos	508	9,3	715	8,7
Trabalhadores assalariados	517	9,5	1.009	12,3
Proprietários conta própria - agrícolas	154	2,8	189	2,3
Trabalhadores assalariados agrícolas	10	0,2	31	0,4
Trabalhadores domésticos	17	0,3	37	0,4
Trabalhadores não remuner. – urbanos*	12	0,2	21	0,3
Total	5.439	100,0	8.224	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 9
Estrutura ocupacional: Média classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores acima de 10 assalariados	27	1,0
Empregadores com até 10 assalariados	303	10,9
Colarinhos brancos autônomos	155	5,6
Colarinhos brancos assalariados	1.511	54,3
Trabalhadores autônomos	208	7,5
Trabalhadores assalariados	492	17,7
Proprietários conta própria - agrícolas	35	1,3
Trabalhadores assalariados agrícolas	21	0,8
Trabalhadores domésticos	20	0,7
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	9	0,3
Total	2.785	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Examinemos a seguir a composição dos grupos ocupacionais mais relevantes.

A Tabela 10 revela que entre os colarinhos brancos assalariados, as novas oportunidades foram mais expressivas para: gerentes (produção, operação e apoio), professores (nível médio e fundamental com curso superior), funcionários administrativos (escriturários e auxiliares), comerciários e policiais militares.

Por sua vez, entre os colarinhos brancos assalariados com padrão de vida de média classe média os funcionários públicos permanecem relativamente estáveis, passando de 46% em 2003 para 45% em 2008.

Tabela 10
Colarinhos brancos: Média classe média
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	2.805	4.317	1.511	53,9
Gerentes de produção e operação	128	250	123	95,8
Professores do ensino médio	93	182	89	95,2
Escriturários e auxiliares administrativos	172	254	82	47,9
Prof. c/ nível sup. da 1ª a 4ª do fundamental	45	121	75	166,8
Vendedores e demonst. em lojas/mercados	106	180	74	69,7
Cabos e soldados da polícia militar	58	123	66	113,5
Prof. c/ nível sup. da 5ª a 8ª do fundamental	118	181	64	54,3
Gerentes de áreas de apoio	186	234	48	25,7

Fonte: PNAD, IBGE.

Já entre os trabalhadores assalariados a Tabela 11 aponta que os destaques ficam com os motoristas (transporte de mercadorias, polivalentes e particulares) e operários mais qualificados (operadores de máquinas-ferramenta e mecânicos de manutenção de máquinas industriais), que integrariam uma “aristocracia operária” bastante restrita.

Tabela 11
Trabalhadores assalariados: Média classe média
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	517	1.009	492	95,0
Condutor de veículos sobre rodas (mercad.)	67	107	41	61,1
Operador de máq.-ferramenta convencional	19	51	32	172,2
Condutores e operadores polivalentes	22	54	32	143,5
Mecânico de manut. de máq. industriais	13	45	31	235,1
Condutor de veículos sobre rodas (particular)	19	41	22	117,0

Fonte: PNAD, IBGE.

No que se refere aos microempresários deste estrato social, a posição de 2008 revela a seguinte composição setorial mais relevante: comércio e reparação (38%), indústria de transformação (14%), atividades agrícolas (10%), serviços prestados a empresas (7%), alojamento e alimentação (7%), construção civil (6%) e educação, saúde e serviços sociais (5%).

Para concluir esta seção, cabe mencionar sinteticamente que a situação de média classe média deve permitir que, com razoável sacrifício, seus integrantes reproduzam um padrão de vida parecido com o da alta classe média, ainda que num nível inferior.

2.2 A “bola da vez”: a tão decantada classe C

Chegamos, assim, ao estrato social que caracterizamos como baixa classe média, sem sombra de dúvidas, a grande vedete da atualidade.

O mercado e seus porta vozes, compreensivelmente, soltam fogos, comemorando uma nova e ampla leva de consumidores, numa situação de relativa retração entre seus clientes habituais. E aqui nos referimos tanto aos que produzem e vendem para esta camada, como, sobretudo, aos que financiam este consumo com taxas de juros exorbitantes.

Na verdade, podemos dizer que a órbita financeira é uma das maiores beneficiárias deste ciclo de forte aquecimento do consumo, onde as mercadorias parecem ter se transformado em mero pretexto para a cobrança de juros. Para ilustrar,

basta apontar a predominante e “estranha” preferência em vender a prazo, em que preços “à vista” em incontáveis prestações não admitem nenhum desconto para o pagamento efetivamente à vista. Como se não existissem juros embutidos...

Os governantes e seus defensores igualmente exaltam sua expansão, atribuindo-a ao acerto de suas decisões e, também legitimamente no jogo democrático, buscam capitalizá-la em termos de aprovação pública.

Já os ideólogos da ortodoxia, esportamente, louvam esta ascensão e utilizam-na como prova da justeza da orientação neoliberal da política econômica e social.

Por sua vez, os mais importantes meios de comunicação de um modo geral difundem e amplificam estas avaliações, num movimento que se reforça mutuamente.

Este cenário de quase consenso tem um denominador comum que vem a ser a ótica do consumo. Ou seja, a “nova” classe média é vista fundamentalmente como uma parcela da população que passa a ter acesso a um amplo conjunto de bens duráveis ou de consumo corrente.

De nossa parte pretendemos contribuir para uma avaliação mais ampla desta complexa realidade, introduzindo a ótica ocupacional, ou seja, o exame do perfil social dos trabalhadores que compõem esta importante camada.

Entretanto, antes de trilharmos este caminho, parece oportuno tecer algumas qualificações àquela visão predominante. E isto porque nos parece que o padrão de vida usufruído por este estrato constitui, na verdade, um mero **simulacro** daquilo que nas condições brasileiras pode ser chamado de classe média.

No âmbito educacional, apenas têm acesso a escolas públicas degradadas ou particulares com mensalidades mais baixas e de qualidade no mínimo duvidosa. Na saúde, se não contarem com um plano corporativo decente, dependem da rede pública deteriorada ou de planos de saúde baratos e precários. E esta precariedade estrutural se reproduz na habitação, transporte, segurança, alimentação, cultura, lazer, entretenimento e em todos os demais aspectos que efetivamente definem as condições de vida.

Se é um fato que estão livres dos horrores da miséria e da pobreza, sua situação real seria melhor classificada como remediada e precária. Sua glamourização recente pode até ser entendida como um recurso de marketing e relações públicas para atrair e seduzir estes novos consumidores “emergentes”. Porém, ela se torna por demais estranha em análises que extrapolam o âmbito dos negócios.

Em nosso entendimento, a conquista de um autêntico padrão de vida de classe média por parte deste amplo contingente populacional depende de dois requisitos fundamentais.

Por um lado, necessitam de canais mais amplos para ingressar nas camadas superiores. O que passa por um novo padrão de desenvolvimento econômico nucleado pela retomada da industrialização nos marcos da terceira revolução industrial e ambiental, e acompanhado de avanços equivalentes nos serviços produtivos.

Por outro lado, dependem de que sejam criadas condições efetivas para melhorar de vida mesmo permanecendo nesta camada. O que, junto com melhores condições no mercado de trabalho, requer uma verdadeira revolução nos serviços públicos sociais, diante do estado de calamidade em que se encontram.

E estas justas aspirações são as mesmas das massas trabalhadoras pobres, podendo constituir o núcleo de um projeto estratégico de construção de uma nação próspera e justa. Objetivamente, tanto a baixa classe média quanto a massa trabalhadora necessitam de um padrão mais avançado de desenvolvimento, caso contrário vegetarão na “precariedade de classe média”, ou na pobreza.

Neste sentido, estes dois estratos que mais cresceram recentemente podem mesmo ser entendidos com as “classes do futuro”. Ou seja, podem fornecer a indispensável base social para uma proposta transformadora da nossa realidade nacional. Diante de condições mais favoráveis, os progressos conquistados até agora serão efetivados de fato e servirão de suporte para uma ascensão mais consistente.

Feitas estas considerações gerais, passemos agora ao exame da situação ocupacional da baixa classe média, que, para melhor compreensão, será realizada em conjunto com a análise do comportamento da massa trabalhadora.

2.3 A exuberante ampliação das camadas populares

Se nas duas camadas superiores o cenário é de relativa letargia, na baixa classe média e na massa trabalhadora observa-se uma expansão muito expressiva.

Tal comportamento reflete tanto a geração de novas oportunidades nestas duas camadas, como a notável redução dos miseráveis, que ascendem socialmente em função da melhoria de seus rendimentos.

Retomando os dados da Tabela 1, verifica-se que entre 2003 e 2008 a redução dos miseráveis é de 10 milhões de pessoas e a expansão da massa trabalhadora e da baixa classe média é de, respectivamente, 8,5 milhões e 7,9 milhões, apontando para um saldo líquido “potencial” de 6,4 milhões de novas oportunidades nestas duas camadas.

Ou seja, estamos diante de um processo social envolvendo um contingente de 16,4 milhões de pessoas ocupadas, equivalente a 40% da baixa classe média e da massa trabalhadora em 2003.

As Tabelas 13 e 15 revelam que no período recente as ocupações assalariadas de trabalhadores e de colarinhos brancos foram os principais canais de acesso à baixa classe média e à massa trabalhadora.

Nesta última camada os trabalhadores domésticos assumem maior expressão, em detrimento dos colarinhos brancos assalariados. Em ambas também tiveram alguma expressão os trabalhadores autônomos e os assalariados agrícolas.

Tabela 12
Estrutura ocupacional: Baixa classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores acima de 10 assalariados	51	0,3	45	0,2
Empregadores com até 10 assalariados	1.012	5,3	1.127	4,2
Colarinhos brancos autônomos	1.389	7,2	1.423	5,2
Colarinhos brancos assalariados	7.690	40,0	10.248	37,7
Trabalhadores autônomos	2.600	13,5	3.215	11,8
Trabalhadores assalariados	4.863	25,3	8.428	31,0
Proprietários conta própria - agrícolas	714	3,7	814	3,0
Trabalhadores autônomos agrícolas	28	0,1	63	0,2
Trabalhadores assalariados agrícolas	322	1,7	765	2,8
Trabalhadores domésticos	483	2,5	908	3,3
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	26	0,1	53	0,2
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	18	0,1	58	0,2
Total	19.207	100,0	27.149	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 13
Estrutura ocupacional: Baixa classe média
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores acima de 10 assalariados	(6)	(0,1)
Empregadores com até 10 assalariados	115	1,4
Colarinhos brancos autônomos	34	0,4
Colarinhos brancos assalariados	2.558	32,2
Trabalhadores autônomos	615	7,7
Trabalhadores assalariados	3.565	44,9
Proprietários conta própria - agrícolas	100	1,3
Trabalhadores autônomos agrícolas	35	0,4
Trabalhadores assalariados agrícolas	442	5,6
Trabalhadores domésticos	425	5,4
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	26	0,3
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	40	0,5
Total	7.942	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 14
Estrutura ocupacional: Massa trabalhadora
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores com até 10 assalariados	273	1,3	332	1,1
Colarinhos brancos autônomos	863	4,0	915	3,0
Colarinhos brancos assalariados	5.826	26,8	7.696	25,4
Trabalhadores autônomos	2.689	12,4	3.229	10,7
Trabalhadores assalariados	7.544	34,7	11.200	37,0
Proprietários conta própria - agrícolas	1.201	5,5	994	3,3
Trabalhadores autônomos agrícolas	87	0,4	114	0,4
Trabalhadores assalariados agrícolas	1.370	6,3	2006	6,6
Trabalhadores domésticos	1.793	8,2	3.152	10,4
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	26	0,1	70	0,2
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	73	0,3	554	1,8
Total	21.758	100,0	30.268	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 15
Estrutura ocupacional: Massa trabalhadora
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores com até 10 assalariados	59	0,7
Colarinhos brancos autônomos	52	0,6
Colarinhos brancos assalariados	1.870	22,0
Trabalhadores autônomos	539	6,3
Trabalhadores assalariados	3.655	43,0
Proprietários conta própria - agrícolas	(208)	(2,4)
Trabalhadores autônomos agrícolas	27	0,3
Trabalhadores assalariados agrícolas	635	7,5
Trabalhadores domésticos	1.358	16,0
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	44	0,5
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	481	5,7
Total	8.510	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

A Tabela 16 apresenta a composição dos colarinhos brancos assalariados da baixa classe média, revelando um leque bem mais amplo de ocupações que se destacam na geração de novas oportunidades.

Parcela expressiva dedica-se a atividades direta ou indiretamente ligadas ao comércio e distribuição: vendedores em lojas ou mercados, almoxarifes e armazenistas,

caixas e bilheteiros, operadores de telemarketing, representantes comerciais e técnicos de vendas. Outros desenvolvem funções administrativas: escriturários e auxiliares, secretárias, recepcionistas. Também se destacam as áreas de segurança pública (vigilantes e guardas, guardas e cabos da polícia militar), saúde (técnicos e auxiliares, atendentes, parteiras práticas e afins), supervisão e gerência (gerentes de produção, operação e apoio, supervisores administrativos), educação (ensino fundamental e médio) e técnicos de controle da produção.

Tabela 16
Colarinhos brancos assalariados: Baixa classe média
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	7.690	10.248	2.558	33,3
Vendedores e demonst. em lojas/mercados	820	1.197	377	46,0
Escriturários e auxiliares administrativos	765	1.086	322	42,1
Almoxarifes e armazenistas	204	368	164	80,3
Vigilantes e guardas de segurança	205	367	161	78,6
Técnicos e auxiliares de enfermagem	245	396	152	61,9
Secretárias de expediente e estenógrafas	161	307	146	90,4
Gerentes de produção e operação	246	360	114	46,5
Caixas e bilheteiros (exceto cx. de banco)	109	216	107	97,8
Recepcionistas	177	277	101	57,1
Prof. c/nível sup. da 1ª a 4ª do fundamental	142	241	99	69,9
Gerentes de áreas de apoio	246	337	91	36,9
Supervisores adm. (-contab. e contratos)	104	180	75	71,9
Operadores de telemarketing	85	151	66	77,9
Representantes com. e técnicos de vendas	200	257	57	28,4
Professores do ensino médio	137	186	48	35,3
Técnicos de controle da produção	41	87	46	111,3
Atend.enfermagem, parteiras práticas e afins	123	69	(54)	(43,8)
Secretárias executivas e bilingues	86	24	(62)	(72,5)
Cabos e soldados da polícia militar	199	136	(63)	(31,7)
Professores c/nível médio - fundamental	253	189	(64)	(25,4)

Fonte: PNAD, IBGE.

Como se observa na Tabela 17, na massa trabalhadora a gama de ocupações é um pouco mais restrita, mas com uma composição bastante parecida, revelando que a distinção básica entre as duas camadas diz respeito fundamentalmente aos rendimentos declarados.

Entretanto, merece registro a presença apenas na baixa classe média de gerentes, professores com nível superior e do ensino médio, supervisores e técnicos, indicando uma posição social menos precária destas ocupações.

Por sua vez, nas duas camadas existem várias ocupações que apresentam retração. Tal comportamento tanto pode indicar sua substituição por outras profissões como um movimento mais expressivo de elevação dos rendimentos.

Tabela 17
Colarinhos brancos assalariados: Massa trabalhadora
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	5.826	7.696	1.870	32,1
Vendedores e demonst. em lojas/mercados	1.262	1.793	531	42,0
Escriturários e auxiliares administrativos	562	864	303	53,9
Recepcionistas	272	465	193	71,0
Caixas e bilheteiros (exceto cx. de banco)	278	461	183	65,9
Operadores de telemarketing	75	239	164	219,1
Secretárias de expediente e estenógrafas	187	351	164	87,6
Agentes da saúde e do meio ambiente	117	231	114	98,0
Almoxarifes e armazenistas	222	322	100	45,3
Representantes com. e técnicos de vendas	101	157	57	56,3
Técnicos e auxiliares de enfermagem	119	169	50	41,9
Professor c/nível médio na educação infantil	73	112	39	53,6
Operadores de máquinas de escritório	91	52	(40)	(43,4)
Escriturários de apoio a produção	64	16	(48)	(74,8)
Professores c/nível médio - fundamental	247	187	(60)	(24,4)
Supervisores da construção civil	83	23	(61)	(73,0)

Fonte: PNAD, IBGE.

A Tabela 18 apresenta a composição dos trabalhadores assalariados da baixa classe média, que podem ser associados a uma “elite operária” por ocuparem uma posição social diferenciada da massa trabalhadora. Entretanto, merece registro o fato de que é bastante restrito o universo de trabalhadores com perfil mais relacionado com os tradicionais operários fabris.

Destacam-se em termos de novas oportunidades as ocupações da construção civil (estruturas de alvenaria e ajudantes), conservação de edifícios, vigilância privada, motoristas (polivalentes e de mercadorias), alimentação (cozinheiros; garçons, barmen e copeiros), solda e corte de metais, mecânicos de veículos, carregadores de mercadorias e outros trabalhadores dos serviços.

Tabela 18
Trabalhadores assalariados: Baixa classe média
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	4.863	8.428	3.565	73,3
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	172	395	223	129,4
Manutenção e conservação de edifícios	232	399	167	71,9
Guardas e vigias	299	460	161	54,0
Condutores e operadores polivalentes	166	324	158	95,0
Condutor de veículos sobre rodas (mercad.)	464	620	156	33,7
Cozinheiros	146	285	139	95,0
Ajudantes de obras civis	67	192	125	186,8
Solda e corte de metais	101	223	122	121,8
Garçons, barmen e copeiros	132	253	121	91,6
Mecânico manut. de veículos automotores	147	253	105	71,3
Cargas e descargas de mercadorias	77	181	104	134,9
Outros trabalhadores dos serviços	66	157	91	139,1

Fonte: PNAD, IBGE.

Aqui também a composição da massa trabalhadora é bastante semelhante, como se observa na Tabela 19. Igualmente merece registro a presença apenas na baixa classe média dos motoristas, mecânicos e soldadores, indicando um relativamente melhor perfil social destas ocupações.

Tabela 19
Trabalhadores assalariados: Massa trabalhadora
(em mil pessoas)

Ocupações	2003	2008	2008-03	Var. %
Total	7.544	11.200	3.655	48,5
Manutenção e conservação de edifícios	933	1.554	621	66,5
Outros trabalhadores dos serviços	203	635	431	212,1
Ajudantes de obras civis	442	832	390	88,2
Cozinheiros	431	709	277	64,3
Garçons, barmen e copeiros	281	545	264	94,1
Cargas e descargas de mercadorias	262	409	147	56,3
Embaladores e etiquetadores	195	322	127	64,8
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	242	362	120	49,4
Operadores de máq. de costurar roupas	323	430	107	33,0
Preparadores da confecção de roupas	21	113	93	450,5
Guardas e vigias	454	536	82	18,2
Entregadores externos (exceto carteiros)	66	147	80	121,4

Fonte: PNAD, IBGE.

2.4 A notável redução dos miseráveis

A Tabela 21 indica que a retração dos miseráveis envolveu todos os grupos ocupacionais, destacando-se os trabalhadores e colarinhos brancos assalariados, trabalhadores domésticos, trabalhadores agrícolas não remunerados (auxiliares na agricultura familiar) e trabalhadores autônomos.

Tabela 20
Estrutura ocupacional: Miseráveis
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores com até 10 assalariados	112	0,4	70	0,5
Colarinhos brancos autônomos	874	3,5	675	4,4
Colarinhos brancos assalariados	2.797	11,1	1.046	6,9
Trabalhadores autônomos	3.201	12,7	2.411	15,8
Trabalhadores assalariados	4.593	18,2	2.014	13,2
Proprietários conta própria - agrícolas	1.636	6,5	1.129	7,4
Trabalhadores autônomos agrícolas	238	0,9	225	1,5
Trabalhadores domésticos	3.836	15,2	2.418	15,9
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	1.342	5,3	1.150	7,5
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	4.075	16,1	2.751	18,0
Total	25.305	100,0	15.245	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 21
Estrutura ocupacional: Miseráveis
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores com até 10 assalariados	(42)	0,4
Colarinhos brancos autônomos	(199)	2,0
Colarinhos brancos assalariados	(1.751)	17,4
Trabalhadores autônomos	(790)	7,9
Trabalhadores assalariados	(2.579)	25,6
Proprietários conta própria - agrícolas	(507)	5,0
Trabalhadores autônomos agrícolas	(13)	0,1
Trabalhadores domésticos	(1.419)	14,1
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	(193)	1,9
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	(1.324)	13,2
Total	(10.060)	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Por sua vez, as Tabelas 22 e 23 indicam que as ocupações com reduções mais expressivas entre os colarinhos brancos e trabalhadores assalariados também estão entre aquelas que se destacam na expansão das camadas populares examinada anteriormente.

Tabela 22
Colarinhos brancos: Miseráveis
(em mil pessoas)

Ocupações	2003 (mil)	2008 (mil)	2008-03 (mil)	Var. %
Total	2.797	1.046	(1.751)	(62,6)
Vendedores e demonst. em lojas/mercados	832	359	(473)	(56,9)
Escriturários e auxiliares administrativos	211	99	(112)	(52,9)
Contínuos	131	29	(101)	(77,5)
Professores c/nível médio - fundamental	112	22	(90)	(80,6)
Secretárias de expediente e estenógrafas	111	38	(73)	(66,0)
Receptionistas	142	71	(71)	(49,8)

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 23
Trabalhadores assalariados: Miseráveis
(em mil pessoas)

Ocupações	2003 (mil)	2008 (mil)	2008-03 (mil)	Var. %
Total	4.593	2.014	(2.579)	(56,1)
Manutenção e conservação de edifícios	644	143	(501)	(77,8)
Ajudantes de obras civis	566	301	(266)	(46,9)
Cozinheiros	270	80	(190)	(70,3)
Cargas e descargas de mercadorias	228	75	(153)	(67,2)
Guardas e vigias	170	26	(144)	(84,4)
Operadores de máquinas de costurar roupas	185	54	(131)	(70,7)
Administração de edifícios	118	22	(95)	(81,2)
Garçons, barmen e copeiros	229	142	(87)	(56,1)

Fonte: PNAD, IBGE.

3 Uma visão agregada da estrutura ocupacional

Para encerrar este ensaio, e após o detalhamento realizado na seção anterior, parece-nos interessante apresentar uma visão mais agregada da estrutura ocupacional.

Como se observa nas Tabelas 24 e 25, no período 2003-2008 as ocupações agrícolas sofrem uma retração tanto relativa quanto absoluta. O mesmo comportamento se verifica entre os trabalhadores não remunerados urbanos, embora neste caso deva estar refletindo a melhora na oferta de oportunidades remuneradas.

Já entre os trabalhadores domésticos a redução é apenas relativa, com pequeno crescimento absoluto.

Os empregadores apresentam ligeira expansão, que é mais expressiva no segmento com até 10 assalariados permanentes.

Por fim, nos grupos mais numerosos de colarinhos brancos e trabalhadores, o quadro é de recuo relativo entre os autônomos e de avanço entre os assalariados.

Tabela 24
Estrutura ocupacional: Total dos ocupados
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2003	%	2008	%
Empregadores acima de 10 assalariados	404	0,5	485	0,6
Empregadores com até 10 assalariados	2.053	3,9	3.613	4,1
Colarinhos brancos autônomos	4.354	5,7	4.496	5,1
Colarinhos brancos assalariados	21.448	28,0	26.477	30,3
Trabalhadores autônomos	9.315	12,2	9.988	11,4
Trabalhadores assalariados	17.737	23,2	23.060	26,4
Proprietários conta própria - agrícolas	3.887	5,1	3.312	3,8
Trabalhadores autônomos agrícolas	362	0,5	418	0,5
Trabalhadores assalariados agrícolas	4.324	5,6	4.193	4,8
Trabalhadores domésticos	6.152	8,0	6.576	7,5
Grupo ocupacional ignorado	36	0,0	16	0,0
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	1.416	1,8	1.307	1,5
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	4.173	5,5	3.373	3,9
Total	76.560	100,0	87.314	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 25
Estrutura ocupacional: Total dos ocupados
(em mil pessoas)

Grupos ocupacionais	2008-2003	%
Empregadores acima de 10 assalariados	81	0,8
Empregadores com até 10 assalariados	660	6,1
Colarinhos brancos autônomos	142	1,3
Colarinhos brancos assalariados	5.029	46,8
Trabalhadores autônomos	672	6,3
Trabalhadores assalariados	5.323	49,5
Proprietários conta própria - agrícolas	(576)	(5,4)
Trabalhadores autônomos agrícolas	56	0,5
Trabalhadores assalariados agrícolas	(130)	(1,2)
Trabalhadores domésticos	424	3,9
Grupo ocupacional ignorado	(19)	(0,2)
Trabalhadores não remunerados – urbanos*	(109)	(1,0)
Trabalhadores não remunerados – agrícolas*	(800)	(7,4)
Total	10.754	100,0

* com jornada igual ou superior a 15 horas semanais.

Fonte: PNAD, IBGE.

A Tabela 26 engloba as ocupações típicas de colarinhos brancos assalariados que apresentaram variações mais expressivas no período 2003-2008. Elas agregam 3.760 mil das 5.029 mil novas oportunidades (75% do total).

Tabela 26
Colarinhos brancos assalariados: Total dos ocupados

Ocupações	2003 (mil)	2008 (mil)	2008-03 (mil)	Rd.média 2008*
Total	21.448	26.477	5.029	1.522
Vendedores e demonst. em lojas/mercados	3.093	3.614	521	717
Almoxarifes e armazenistas	515	780	266	833
Caixas e bilheteiros (exceto cx. de banco)	489	736	246	616
Operadores de telemarketing	180	420	239	677
Representantes com. e técnicos de vendas	481	634	153	1.399
Escriturários e auxiliares administrativos	1.793	2.436	643	1.019
Secretárias de expediente e estenógrafas	515	784	269	873
Recepcionistas	626	855	230	666
Escriturários de bibliotecas e documentação	77	129	52	948
Técnicos de administração	124	42	(83)	1.528
Escriturários de apoio a produção	124	41	(84)	846
Operadores de máquinas de escritório	231	133	(98)	801
Contínuos	307	173	(134)	576
Secretárias executivas e bilingues	242	53	(189)	2.029
Gerentes de produção e operação	683	934	251	2.352
Supervisores adm. (-contab. e contratos)	208	390	183	1.728
Gerentes de áreas de apoio	690	867	178	2.592
Supervisores da construção civil	241	164	(77)	1.509
Técnicos e auxiliares de enfermagem	463	686	223	1.100
Enfermeiras de nível superior e afins	75	162	87	2.464
Atend.enfermagem, parteiras práticas e afins	264	154	(110)	864
Prof. c/nível sup. da 1ª a 4ª do fundamental	264	471	207	1.385
Professores do ensino médio	308	491	183	1.973
Prof. c/nível sup. da 5ª a 8ª do fundamental	471	584	113	1.552
Professores de educação infantil	24	113	90	1.316
Program., avaliadores e orient. de ensino	185	241	55	2.000
Professores leigos no ensino fundamental	151	68	(82)	749
Professores c/nível médio - fundamental	677	452	(225)	889
Vigilantes e guardas de segurança	401	592	190	1.002
Policiais e guardas de trânsito	128	202	74	1.852
Técnicos de controle da produção	92	183	91	1.259
Técnicos de planejamento da produção	14	77	63	1.010
Técnico de segurança do trabalho	44	104	60	2.016
Programadores de informática	19	71	52	2.474
Serventuários da justiça e afins	164	230	66	3.752
Advogados	145	202	57	2.577
Sub total			3.760	

* valores de outubro/2008, deflator: INPC corrigido/IPEA.

Fonte: PNAD, IBGE.

O segmento mais numeroso é aquele relacionado com vendas e distribuição, atingindo 1.425 mil novos postos de trabalho.

Outro agrupamento bastante relevante é composto por várias funções administrativas, chamando atenção pelo simultâneo movimento de criação e supressão de postos. De fato, 4 ocupações criam 1.194 mil novas oportunidades, mas outras 5 suprimem 588 mil – com um saldo líquido positivo de 606 mil. Estas ocupações que recuam devem indicar um processo de substituição por outras e mesmo de simples supressão, como parece ser o caso das secretárias executivas e bilíngües num mercado em que os executivos já devem dominar os idiomas requeridos e as antigas secretárias exclusivas são substituídas por *pools*.

Os gerentes e supervisores revelam uma expansão de 535 mil novos postos.

Na área da Saúde o saldo líquido é de 200 mil novos postos, com a supressão de 110 mil em funções de menor qualificação e remuneração, indicando uma melhora ocupacional. Comportamento semelhante, porém mais intenso, verifica-se na Educação, com saldo líquido de 341 mil postos e recuo de 307 mil postos.

Por fim, verifica-se a geração de 264 mil novas oportunidades na área de Segurança; de 266 mil em quatro ocupações técnicas e de 123 mil na área do direito.

A Tabela 27 apresenta as ocupações típicas de trabalhadores assalariados que igualmente se destacam na geração de novas oportunidades, englobando 3.628 mil postos do acréscimo total de 5.323 mil neste segmento (68%).

O subconjunto mais expressivo é formado por uma variada gama de atividades ligadas aos serviços pessoais e de apoio, envolvendo 2.013 mil novos postos.

A construção civil responde por 584 mil novos postos; os motoristas por 358 mil; os operários com perfil de mecânicos por 426 mil; as confecções por 130 mil; e a segurança privada por 119 mil.

Como se nota, são bastante minoritários os trabalhadores envolvidos com a produção de mercadorias.

Tabela 27
Trabalhadores assalariados: Total dos ocupados

Ocupações	2003 (mil)	2008 (mil)	2008-03 (mil)	Rd.média 2008*
Total	17.737	23.060	5.323	717
Outros trabalhadores dos serviços	464	1.026	561	479
Garçons,barmen e copeiros	659	978	319	584
Manutenção e conservação de edifícios	1.831	2.131	300	540
Cozinheiros	868	1.101	233	584
Embaladores e etiquetadores	361	507	146	573
Cargas e descargas de mercadorias	576	693	117	590
Magarefes e afins	226	340	114	631
Entregadores externos (exceto carteiros)	188	301	113	611
Serviços de higiene e embelezamento	225	336	110	682
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	495	822	327	713
Ajudantes de obras civis	1.085	1.342	257	468
Condutores e operadores polivalentes	300	541	241	1.004
Condutor de veículos s/rodas (mercad.)	808	923	115	1.099
Mecânico manut. de veíc. automotores	424	580	156	760
Solda e corte de metais	215	362	147	1.034
Mecânico de manut. de máq. industriais	101	224	123	1.296
Preparadores da confecção de roupas	35	165	130	580
Guardas e vigias	967	1.086	119	739
Sub total			3.628	

Fonte: PNAD, IBGE.

Para finalizar, a partir das Tabelas 28 e 29 passemos agora a um rápido exame da estrutura ocupacional setorial, que será o objeto do nosso próximo trabalho de pesquisa.

De imediato chama atenção o expressivo recuo das atividades agrícolas, já apontado anteriormente, acompanhado da maior elevação dos rendimentos entre os vários setores de atividade econômica.

Nas atividades não agrícolas, as atividades produtivas destacam-se com a geração de 3.902 novos postos (32% do total), sendo que a indústria de transformação contribuiu como 2.218 mil (18,3%), a construção civil com 1.615 mil (13%) e as outras atividades industriais com apenas 69 mil (1%). Como já dissemos, este desempenho deverá ser melhor qualificado numa análise comparativa mais abrangente.

Já os serviços de suporte à atividade econômica geraram outros 2.014 mil novos postos (17%), sendo 132 mil no setor financeiro (1%), 848 mil em transporte, armazenagem e comunicação (7%) e 1.124 mil em atividades a empresas (9%).

O comércio e reparação respondem por 1.822 mil novas oportunidades (15%).

A área de educação, saúde e serviços sociais é responsável em seu conjunto por 1.302 mil (11%) e a administração pública por 508 mil (4%).

Por fim, os serviços pessoais e recreativos respondem por 732 mil novos postos (6%); os outros serviços por 688 mil (6%); alojamento e alimentação por 666 mil (6%); e os serviços domésticos por 424 mil (4%).

Em relação aos rendimentos, cinco setores se destacam por apresentar um crescimento acima da média de 19% ao longo do período 2003-2008. São eles: as já apontadas atividades agrícolas (33%), serviços domésticos (28%), alojamento e alimentação (26%), administração pública (24%) e construção civil (22%).

Tabela 28
Estrutura setorial da ocupação
(em mil pessoas)

Setor de atividade	2003 (mil)	2008 (mil)	2008-03 (mil)	%
Atividades Agrícolas	13.555	12.160	(1.395)	
Indústria Transformação	10.782	13.000	2.218	18,3
Construção Civil	5.106	6.721	1.615	13,3
Outras Ativ Industriais	645	714	69	0,6
Setor Financeiro	1.020	1.152	132	1,1
Outros Serviços	1.954	2.641	688	5,7
Transp, Armaz, Comunicação	3.710	4.558	848	7,0
Alojamento e Alimentação	2.840	3.506	666	5,5
Comercio e Reparação	14.022	15.844	1.822	15,0
Serviços Domésticos	6.152	6.576	424	3,5
Atividades a Empresas	3.254	4.378	1.124	9,3
Educ, Saude, Serv Sociais	7.135	8.437	1.302	10,7
Administração Pública	3.990	4.498	508	4,2
Serviços Pessoais e Recreativos	2.396	3.128	732	6,0
Total	76.560	87.314	10.754	
Total das atividades não agrícolas			12.149	100,0

Fonte: PNAD, IBGE.

Tabela 29
Estrutura setorial da ocupação
Renda média (R\$)*

Setor de atividade	2003	2008	Var. %
Atividades Agrícolas	409	545	33,2
Indústria Transformação	950	1.068	12,4
Construção Civil	718	872	21,5
Outras Atividades Industriais	1.552	1.800	16,0
Setor Financeiro	2.104	2.251	7,0
Outros Serviços	1.163	1.311	12,8
Transp., Armaz., Comunicação	1.148	1.269	10,6
Alojamento e Alimentação	651	817	25,5
Comercio e Reparação	868	1.018	17,3
Serviços Domésticos	331	424	28,0
Atividades a Empresas	1.559	1.565	0,4
Educação, Saude, Serv Sociais	1.397	1.558	11,5
Administração Pública	1.561	1.939	24,2
Serviços Pessoais e Recreativos	852	1.005	18,0
Total	893	1.065	19,3

* valores de outubro/2008, deflator: INPC corrigido/IPEA.

Fonte: PNAD, IBGE.